



**Resposta** 20/01/2022 15:32:45

DECISÃO nº 1822170 / 2022 - PRE/DG/ASSED Cuida-se de impugnação apresentada pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A contra o Edital do Pregão nº 01/2022 (doc. nº 1821581), em que, em síntese, argumenta que há ilegalidade nas regras editalícias, especificamente quanto ao agrupamento de itens em lote único, vez que, em seu entendimento, prejudicará a competitividade do certame e, como consectário, impedirá a obtenção de preços mais vantajosos, pela Administração. O pregoeiro designado para condução da licitação decidiu pelo não acolhimento das razões do requerimento da impugnante. Assim, em decisão em documento nº 1821741, concluiu: Do exposto, conhecemos da impugnação interposta pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A. e, no mérito, lastreado na manifestação da área técnica, manifesta - se este Pregoeiro pelo não acolhimento das razões do requerimento da impugnante. Considero prudente, antes da decisão da Diretoria Geral deste Tribunal, submeter o processo à análise da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos. É a manifestação. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral- ASJUR, de forma clara se pronunciou em parecer de nº 34, documento nº 1821891, nos seguintes termos: 5. De fato, a regra é que a licitação ocorra por itens, quando o objeto for divisível, admitindo-se, porém, que ela ocorra de forma global, desde que se apresentem as devidas justificativas. Esta é a correta leitura do entendimento do TCU, consubstanciado na Súmula 247, citada pela Impugnante, e que reza: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." 5.1. Ou seja, ainda que serviços ou compras sejam divisíveis, poderá a Administração decidir-se pela adjudicação global ou por lote, desde que a divisão se revele prejudicial ao conjunto, ou ainda, se revele mais onerosa. Nestes casos, cumpre apenas que se demonstrem tais circunstâncias. 6. A Impugnante supõe haver item autônomo, pertinente ao mercado que atua no ramo da certificação digital, na forma transcrita acima (tópico 2.1) e que, obrigatoriamente, levaria à adjudicação por itens.. 6.1. O objeto do Pregão nº 01/2022 compreende a "prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia". 6.3. Em análise ao Termo de Referência e demais anexos do ato convocatório, o que se vê é uma detalhada descrição das tarefas que farão parte do escopo do suporte técnico a ser contratado, exigindo-se, para tanto, que a licitante possua equipe qualificada, de modo a atender todas as demandas. 6.4. Como bem elucidado pela unidade demandante, no bojo do suporte a ser contratado existem atividades que guardam relação com o item certificação digital, mas este fato, por si só, não transforma o serviço em um item autônomo, sujeito a obrigatoriedade separação, para licitar-se à parte. 6.5. Julgamos que as atividades descritas no Termo de Referência e reproduzidas acima, efetivamente fazem parte de um conjunto maior de serviços de suporte técnico, sem que isso implique em cerceamento de competitividade, não sendo obrigatório, ou até mesmo razoável, a divisão em itens, neste particular. 6.6. Além disso, a justificativa inserta nos Estudos Técnicos Preliminares (processo SEI nº 0011142-78.2021.6.05.8000), foi devidamente aceita e aprovada pela autoridade competente, e encerra a discussão: "3.2 Parcelamento e Adjudicação do Objeto O parcelamento do objeto não enseja nenhum ganho de competitividade ou benefício financeiro ao TRE-BA, podendo, inclusive, ensejar prejuízo à prestação dos serviços em caso de ocorrência de problema em algum dos possíveis lotes, seja durante o certame, durante a contratação ou durante a execução do contrato. Para o total sucesso da execução do contrato, todos os itens devem ser entregues/executados como pertencentes a uma única Solução de Tecnologia da Informação, posto que estão interconectados e guardam relação de interdependência, podendo a descontinuidade ou prejuízo de um inviabilizar os demais lotes. Assim, para contratação, não haverá o parcelamento do objeto." 7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A., mantendo-se, por consequência, as condições do edital do Pregão nº 01/2022 tal qual foi expedido, inclusive quanto à adjudicação de forma global. Deste modo, lastreado no parecer ASJUR nº 34, documento nº 1821891, que adoto como razão de decidir, e com base nas atribuições do art. 123, da Resolução Administrativa 04/2021, conheço da impugnação apresentada pela empresa SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A e, no mérito, nego provimento à mesma, mantendo-se as condições do Edital do Pregão nº 01/2022 tal qual foi expedido, inclusive quanto à adjudicação de forma global. Ao NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, prosseguindo-se ao andamento da licitação. RAIMUNDO VIEIRA Diretor-Geral

**Fechar**